

Por Alexandre Sammogini

As novas regras de taxaço para fundos de investimentos exclusivos definidas pela Medida Provisória 1184/2023, editada nesta segunda-feira, 28 de agosto, não devem atingir as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). A nova MP assinada pelo governo define que os fundos exclusivos devem ser taxados duas vezes ao ano, como os demais fundos de investimentos, e não apenas no momento do resgate.

“A tributa o dos fundos exclusivos já vinha sendo discutida há vários anos pelos últimos governos e pelo fisco no sentido de equiparar com os demais investimentos diretos. A inten o sempre foi taxar os contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que são sujeitos   tributa o normal de investimentos”, diz Patrícia Linhares, Sócia do escritório Linhares Advogados Associados.

A especialista esclarece que em nenhum momento a inten o dos governos e dos legisladores foi realizar a taxaço sobre os fundos exclusivos mantidos pelas entidades fechadas. “Para as EFPC, em nenhum momento foi expressa a inten o de tributar os investimentos. Esta   uma discussão superada há muito tempo, desde a edi o da Lei n. 11.053/2004”, explica Patrícia Linhares.

Para a advogada, a tributa o dos fundos exclusivos das EFPC produziria o problema da bitributa o, pois os participantes pagam Imposto de Renda no recebimento dos benefícios. “Não há nenhuma previsão de revoga o da Lei 11.053. Seria necessário revogar a legisla o específica para que houvesse alguma mudança na tributa o dos investimentos das entidades fechadas”, indica.

O governo também enviou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que propõe a taxaço dos fundos offshore e as trusts com alíquotas progressivas até 22,5%. As mudanças propostas na tributa o dos fundos exclusivos e offshore têm o objetivo de ajustar a taxaço das grandes fortunas.

**Fonte:** [Abrapp em Foco](#), em 29.08.2023.